

Questões de gênero em Machado de Assis: uma leitura de “Pai contra mãe”

Gender Issues in Machado de Assis: An Analysis of “Pai contra mãe”

Isadora Almeida Rodrigues

Centro Federal de Educação Tecnológica
de Minas Gerais (CEFET-MG)
Belo Horizonte | MG | BR
isadorarodrigues87@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1231-3250>

Resumo: Este ensaio apresenta uma leitura do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, a partir de uma discussão sobre relações de gênero. Objetiva-se demonstrar que o conto em análise é uma das mais explícitas obras machadianas no que tange à questão racial, como já discutido por autores como Eduardo de Assis Duarte e Marli Fantini Scarpelli, mas pode também oferecer uma menos abordada reflexão sobre as relações entre feminino e masculino ao longo da história do Brasil (estando a tensão entre gêneros já explícita, inclusive, logo no título do conto). Com base nas teses sobre o conto, de Ricardo Piglia, e a partir de uma comparação com o conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, este texto propõe a leitura de “Pai contra mãe” como uma alegoria para a formação do povo brasileiro.

Palavras-chave: Machado de Assis; relações de gênero; formação do povo brasileiro.

Abstract: This essay offers an interpretation of Machado de Assis short story “Pai contra mãe”, based on a discussion concerning gender relations. The goal is to demonstrate that the aforementioned story is one of the author’s most explicit oeuvres in regards to racial issues, as discussed by critics such as Eduardo de Assis Duarte and Marli Fantini Scarpelli, but it also offers a less commonly noticed reflexion on masculine and feminine roles throughout Brazilian history (such tension



is already explicit in the short-story's title). Based on Ricardo Piglia's "Thesis on the short story", and through a comparison with "A escrava", by Maria Firmina dos Reis, the present text proposes an analysis of "Pai contra mãe" as an allegory of the formation of Brazilian people.

Keywords: Machado de Assis; gender issues; the formation of Brazilian people.

Raça em Machado de Assis

Por décadas, questionou-se a postura machadiana em relação a questões-chave de nossa sociedade. O professor, negro, Hemérito dos Santos, por exemplo, publica em 1910, dois anos após o falecimento do Bruxo, uma crítica mordaz em que demonstra sua insatisfação com o, para ele, absenteísta Machado, que não fizera uso de sua escrita para valorizar a importância do negro para a construção da identidade nacional (Ramos, 2018).

Silvio Romero, um dos mais importantes críticos literários do século XIX, em livro inteiramente dedicado à obra machadiana publicado em 1897, demonstra incompreensão acerca da forma como a literatura brasileira se desenvolveu após o Condoreirismo, muito bem representado por Castro Alves nos anos 1870. Para o teórico, foi somente ali "que o lirismo brasileiro começou a largar a velha vestimenta reles que o asfixiava e principiou de trajar com decência" (Romero, 1897, p. 27), entretanto vê no trabalho de Machado não uma continuidade para os feitos de Castro Alves, mas um retrocesso. Ainda que reconheça a importância do escritor e afirme que nenhum dos grandes que vieram antes dele havia sido tão grandiosamente celebrado, sugere que, possivelmente, trata-se de elogios "para inglês ver [...] o que não impede que em particular, em certas rodas, nas parlandices íntimas, digam-se deles as cousas mais feias" (Romero, 1897, p. 4). Romero questiona, portanto, o valor literário dado a Machado pela mídia da época e afirma ser a obra machadiana demasiadamente plácida, sem força política ou qualquer caráter contestador, por ter sido também assim sua vida. O que se expôs pela Terceira Geração Romântica, a postura combativa ali presente, teria, então, se dissipado para que se colocasse no lugar uma literatura insípida e pouco politizada.

Dahi uma lacuna em sua carreira e uma falha em sua obra: não teve o momento da luta, o aprendizado do combate, nunca se viu contestado, nunca teve de terçar armas; falta-lhe esse elemento dramático em sua vida, essa diferenciação do sofrimento em seu character. Dahi a placidez, a quietitude, quasi pudera accrescentar, a estagnação de toda a sua obra, já hoje bastante avultada (Romero, 1897, p. 4).

Para Romero, a obra estéril de Machado de Assis seria um bom exemplo das cópias de modelos europeus em que um Brasil perfeito se apresentaria, sem que se mostrassem, de fato, as cores, os vícios, os problemas de nossa nação:

E eis porque, como cópia, como arremedo, como pastiches para inglez vêr, não ha povo que tenha melhor constituição no papel, melhores leis no papel, melhor organização eleitoral no papel, melhor organização dos Estados no papel, melhores programmas de ensino no papel, melhor arranjo municipal no papel, melhores orçamentos no papel, melhor policia no papel, tudo, tudo melhor... no papel. A realidade é horrível! E a litteratura, em que pese a Machado de Assis, não se furta, não pode se furta à regra geral. Nas pretenções, nas vaidades, nos urreganhos, na fatuidade de certos typos, somos uma espécie de Athenas. Mas, oh! dôr! nossos dramas, nossas comédias, nossos romances, nossos contos, nossos poemas, nossas criticas, nossas obras de historia, nossos tratados de esthetica, nossos livros de philosophia, nossas obras de sciencia, na generalidade, dando às cousas o seu exacto rigor, não valem nada, para nada prestam (Romero, 1897, p. 124).

O livro de Romero, publicado em 1897, não poderia ainda levar em conta *Dom Casmurro*, publicado em 1899, ou o conto possivelmente mais político de Machado, “Pai contra mãe”, de 1906. Contudo, como não observar na figura de Brás Cubas uma crítica ferrenha à elite escravocrata brasileira? Como não perceber, em “O caso da vara”, a complexa relação entre consciência e manutenção de privilégios que assola a branquitude brasileira mesmo quando esta reconhece as injustiças sociais?

Já em “Pai contra mãe”, objeto desta análise, as questões raciais se escancaram, mas não apenas elas, sendo interessante pensar também em como as questões de gênero são ali tratadas e, mais ainda, como as questões raciais se misturam com as de gênero quando se pensa na formação do povo brasileiro.

Machado e o feminino: o exemplo de Capitu

Ao falar de Capitu, a mais célebre das personagens femininas machadianas, Luiz Tatit a define como “ambígua”, “petulante”, “poderosa”, para destacar a força da personagem, cuja complexidade contribui fortemente para o fascínio provocado por *Dom Casmurro* em leitores das mais variadas épocas. Ao figurar justamente na obra machadiana publicada na virada do século XIX para o século XX, Capitu parece prenunciar as transformações sociais por que passam as mulheres ao longo do último século, pois se adapta ao sistema patriarcal oitocentista, mas dá indícios do que o feminino se transformará no século seguinte. Pessoalmente, demonstra ter superado o pensamento de sua época, mas sabe que é nesse sistema que vive e, portanto, encontra formas de conformar-se a ele.

Isso posto, Capitu não é Capitu só porque pensa com a própria cabeça. Embora emancipada interiormente da sujeição paternalista, exteriormente a ela tem de se haver com essa mesma sujeição, que forma o seu meio. O encanto da personagem se deve à naturalidade com que se move no ambiente que superou, cujos meandros e mecanismos a menina conhece com discernimento de estadista. É como se a intimidade entre a inteligência e o contexto retrógrado comportasse um fim feliz, uma brecha risonha por onde se solucionassem a injustiça de classe e a paralisia tradicionalista [...] (Schwarz, 1997, p. 25).

Para pensar Capitu e outras mulheres machadianas, é válido mencionar, primeiro, uma crítica elaborada pelo escritor ao romance *O primo Basílio*, do português Eça de Queirós. Incomodou muito ao autor brasileiro a construção da protagonista Luísa, visto que, para Machado, as ações da personagem se dão em função do acaso, e não de uma personalidade realmente forte. Luísa se deixa levar pelos acontecimentos sem ter diante deles qualquer postura mais resolvida, algo que colocasse em suas mãos o destino da narrativa.

[...] a Luísa — força é dizê-lo — a Luísa é um caráter negativo, e no meio da ação ideada pelo autor, é antes um títere do que uma pessoa moral. Repito, é um títere; não quero dizer que não tenha nervos e músculos; não tem mesmo outra coisa; não lhe peçam paixões nem remorsos; menos ainda consciência. [...] Para que Luísa me atraia e me prenda, é preciso que as tribulações que a afligem venham dela mesma; seja uma rebelde ou uma arrependida; tenha remorsos ou imprecações; mas, por Deus! dê-me a sua pessoa moral. Gastar o aço da paciência a fazer tapar a boca de uma cobiça subalterna, a substituí-la nos misteres ínfimos, a defendê-la dos ralhos do marido, é cortar todo o vínculo moral entre ela e nós. Já nenhum há, quando Luísa adoece e morre. Por quê? porque sabemos que a catástrofe é o resultado de uma circunstância fortuita, e nada mais; e consequentemente por esta razão capital: Luísa não tem remorsos, tem medo (Assis, 1878/1959, p. 915-917).

Ainda em sua crítica ao livro de Queirós, o autor o compara a *Otelo*, apontando neste uma complexidade e profundidade não encontráveis na narrativa do português. Ainda que em ambas as obras haja elementos do acaso que colaboram para a construção do enredo, no texto shakespeariano este é apenas um dos pontos que contribuem para o desenrolar de uma história em verdade pautada na construção dos personagens: “a alma ciosa e ardente de Otelo, a perfídia de Iago e a inocência de Desdêmona, eis os elementos principais da ação. O drama existe, porque está nos caracteres, nas paixões, na situação moral dos personagens: o acessório não domina o absoluto” (Assis, 1878/1959, p. 920).

Este parece ser um ponto importante para a construção posterior de Capitu. Numa história em que não há certezas (não é esta a principal discussão sobre o livro? A insuperável pergunta acerca da traição?), o tema da traição gira não em torno dos acontecimentos, como ocorre em Eça, mas em torno das personagens e de seu perfil. Importa mais a construção dessas personagens que o destino a elas reservado. Pelas impressões de Bentinho sobre as ações de Capitu, o leitor é levado à desconfiança sobre a moça de olhos de ressaca. Frequentemente denominado como “Otelo brasileiro”, Bentinho encarna tanto Otelo quanto Iago e julga uma Desdêmona mais complexa que a personagem shakespeariana, visto que suas ações retiram-lhe em grande medida o lugar da inocência. Capitu não se comporta como uma mulher inocente, o que, para Bentinho, seria o suficiente para que fosse considerada culpada. Afinal, Capitolina, esta mulher novecentista, não se encaixa à mentalidade oitocentista de seu marido.

Podemos, então, entender que Capitu era senhora de si. E, como dito anteriormente, dotada de uma inteligência ímpar, sabia muito bem como transitar entre suas vontades e suas obrigações enquanto subjugada a uma ordem social. [...] Capitu compreende e satisfaz todas as características da individualização, precisamente por não fugir da realidade para a imaginação, por não se dar ao luxo de fantasiar. Esse é o grande encanto de Capitu, a naturalidade com que se move em um ambiente positivamente hostil. A portadora dos olhos de ressaca apresenta claramente a condição da mulher novecentista, está submetida ao já estabelecido,

conserva o padrão; mas no seu discurso interior reservado, no seu pensamento, ela refuta o papel que lhe foi imposto na sociedade brasileira. Capitu é um exemplar de heroína feminina que transcende a definição da mulher esposa, mulher mãe e ao mesmo tempo o próprio estereótipo de mulher (Ferreira; Perrot, 2017, p. 120).

As discussões sobre *Dom Casmurro* são muitas e profícuas e não poderão ser aprofundadas neste texto, cujo objetivo se coloca para além da reflexão sobre uma personagem específica. O que interessa, ao citar o exemplo de Capitu, é chamar atenção para o fato de que a questão de gênero não passa despercebida ao escritor ora discutido, mesmo tendo ele produzido sua obra há mais de um século. A esposa de Bentinho é o exemplo mais famoso de um traço machadiano que perpassa diversas narrativas: uma compreensão do dilema feminino que se apresenta de forma mais aprofundada do que se nota na escrita da maioria de seus contemporâneos, em que questões como feminilidade, fidelidade, relações de poder entre gêneros, estrutura patriarcal e maternidade se apresentam de forma a colocar em dúvida a visão social das mulheres e o comportamento delas esperado. Se Luísa trai por fraqueza de caráter; se os desejos do corpo são colocados em destaque em obras do Realismo/Naturalismo da época; em Machado, o conflito se coloca num lugar mais complexo, em que as subjetividades feminina e masculina se constroem a partir das relações de subalternidade de um gênero em relação ao outro.

Isso não significa que Machado tenha sido um defensor das mulheres e de seus direitos desde a primeira hora. Em “Queda que as mulheres têm para os tolos”, publicado em 1861, por exemplo, lê-se uma reflexão que ironiza o comportamento feminino e sua suposta predileção por homens de intelecto inferior.¹ Passaram-se, contudo, quase quatro décadas entre a referida obra e *Dom Casmurro*, sendo o tempo e, talvez, seu casamento com Carolina em 1869 elementos que possivelmente contribuíram para que sua visão das mulheres se modificasse. Fato é que, ao longo dos quase 50 anos de produção literária, o escritor demonstrou olhar para a questão feminina de forma mais profunda do que muitos de seus pares.

“Pai contra mãe”, o feminino e a maternidade

Por milênios, e, em certa medida, ainda hoje na cultura ocidental, “a formação feminina passa necessariamente pela maternidade” (Borlot; Trindade, 2004, p. 68). Em uma pesquisa realizada em 2004 com casais que enfrentavam dificuldades para gerarem filhos biológicos, precisando, assim, de recorrer a procedimentos laboratoriais para que pudessem conceber, Ana Maria Monteiro Borlot e Zeidi Araújo Trindade notaram que, entre eles, já no século XXI, era ainda recorrente o estabelecimento de uma relação intrínseca entre mulher e maternidade.

As respostas dos entrevistados referentes ao significado da maternidade e da paternidade remetem aos padrões tradicionais. A maternidade foi citada como algo mais envolvente do que a paternidade, em que “a mulher se dá para os filhos” (Beto). Foi considerada também como “uma realização para a mulher” (Carmem) e uma dádiva que só a mulher pode ter. Além disso, ela seria muito importante

¹ Este é o primeiro “livro” publicado por Machado, mas, ao que tudo indica, trata-se de uma tradução de textos do belga Victor Hénau, ainda que isso não seja explicitado na versão brasileira.

para a mulher “porque sai de dentro dela” (Clóvis) e, de acordo com Beto, os filhos têm *mais importância para a mulher do que para o homem*. A maternidade apareceu, na maioria das entrevistas, como *parte da estrutura identitária das mulheres, isto é, à medida que elas se tornam mães, elas se tornam “inteiras”, “completas”, o que é exemplificado pelas diferenças que Antônio aponta entre paternidade e maternidade*. Ao referir-se à paternidade, enfatizou o lúdico e a aprendizagem que a convivência com o filho propicia. Quanto à maternidade, explicou que ela proporciona “um crescimento e amadurecimento” para a mulher. Nesse sentido, parece que a formação feminina passa necessariamente pela maternidade. Tais representações da maternidade podem ser explicadas pelo processo de socialização das mulheres, em que estas são, “desde muito cedo, convencidas de que *a maternidade é o único caminho para sua realização pessoal* e que cabe a elas a responsabilidade pelo sucesso da maternidade” (Borlot; Trindade, 2004, p. 68, grifos próprios).

As respostas dadas pelos casais em 2004 são, como discutido pelas autoras, resultado de uma construção milenar que excluiu o sexo feminino de todos os papéis de relevância social à exceção do papel reprodutivo.

A mulher infecunda é excluída de uma ordem cultural que identifica feminilidade com maternidade e maternidade com reprodução biológica. Assim, a infertilidade não é apenas uma falha da natureza, mas algo que atenta contra a ordem estabelecida, fato questionador da veracidade das representações da feminilidade dominantes na cultura. Representa-se a mulher-mãe como diferente e oposta à mulher-sexual; a pecadora Eva só pode ser redimida por Maria, a virgem-mãe, que alcança a maternidade sem interferência da sexualidade (Cunha *et al.*, 2008, [n. p.]).

Nessa perspectiva, uma mulher só se tornaria mulher por completo caso se tornasse mãe. É a maternidade o que dá sentido à existência das representantes do sexo feminino. Existir como mulher significaria, então, existir como mãe, e vice-versa. Assim, ao terem seus filhos arrancados de si, Arminda e outras mulheres escravizadas têm não apenas sua maternidade negada, mas sua existência como um todo. No processo de escravização, portanto, nega-se duplamente à mulher a possibilidade de existência; primeiro, como ser humano, já que escravização é sinônimo de reificação; depois, como mulher, quando se nega a elas a possibilidade de existirem como mães. Isso fica patente no conto machadiano, bem como em outras obras de autores do século XIX, destacando-se o conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis.

Em “A escrava”, ocorre uma tentativa de anulação da existência de Joana quando dela são retirados seus filhos gêmeos. Todavia, resta-lhe seu terceiro filho, Gabriel, símbolo, portanto, da resistência, cuja sobrevivência e libertação possibilitam que sobreviva também sua mãe, mesmo após sua morte. Ao finalmente se libertar do cativeiro, Gabriel valida a existência de Joana como mãe e como ser humano e, por analogia, de todas as mulheres em semelhante condição. Escrito em 1887, um ano antes da abolição oficial do regime escravocrata, faz sentido que se leia em Firmina um texto marcado pelo otimismo. Mesmo narrando os horrores por que passou Joana, representante de todo um povo, Firmina termina sua narrativa com a libertação de Gabriel a partir de esforços conjuntos dele, de sua mãe e da narradora branca. A partir de uma aliança entre negros e brancos, portanto, o rapaz passa a existir como cidadão (afinal, sua libertação vem por força da lei) e vislumbra um futuro melhor para si e sua linhagem, em que a elite senhorial perde espaço – Tavares, o senhor de escravos, não tem alterna-

tiva senão abrir mão do que até então considerava sua posse – e, em conjunto, defensores da liberdade das mais distintas origens e etnias se unem para fazer justiça.

O que se viu na pós-abolição, contudo, foi uma realidade bem menos estimulante. Assim como ocorrera com Joana, a pretensa afirmação legal de que Gabriel, pela Lei do Ventre Livre, e outros escravizados, pela Lei Áurea, teriam direito à liberdade e a certa igualdade diante da sociedade ainda de mentalidade escravocrata era uma ilusão. Joana crescera acreditando ser livre quando não o era, e o mesmo aconteceu com os libertos pela Lei Áurea. E isso não poderia deixar de ser levado em consideração quando da escrita de um conto que tratava também do tema da escravidão, das subjetividades das classes subalternas e da liberdade 18 anos após a abolição. “Pai contra mãe” é escrito, então, com um conhecimento histórico que Maria Firmina não poderia ter durante a escrita de “A escrava”. E isso fica notório na forma como o texto machadiano se desenrola.

Como visto, “A escrava” foi escrito às vésperas da abolição. Faz sentido, portanto, que apresentasse uma visão otimista da liberdade que se desenhava. “Pai contra mãe”, por sua vez, escrito em 1906, já se constrói a partir de momento bastante distinto, em que, além de desamparados pelo estado, os ex-escravizados e seus descendentes experimentavam o perigo de terem sua memória apagada.

Transcorridos poucos anos do fim do cativeiro no Brasil, o conto “Pai contra mãe” inscreve-se como voz dissonante frente a uma nova tentativa de sequestro; desta vez, da própria memória da escravidão brasileira. No início dos tempos republicanos, a “mancha negra” que toldava a imagem harmoniosa do passado colonial e dos governos imperiais precisava ser ocultada e, mesmo, extirpada, nem que para tanto se queimassem os arquivos do tráfico, conforme ordenou Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo Deodoro da Fonseca. A queima de arquivos, retomada no *Memorial de Aires* (1908), surge como o gesto mais visível do esforço de ocultação empreendido após o 13 de maio, com vistas a amenizar o constrangimento oriundo da “nódoa” escravista presente na história do país (Duarte, 2020, p. 306).

Em sentido oposto ao gesto de apagamento da memória escravista, observa Eduardo de Assis Duarte que Machado dá início a “Pai contra mãe”, conto de abertura de *Relíquias de casa velha*, justamente oferecendo ao leitor uma lembrança contundente do período histórico que se “esforçavam para fazer esquecer”. Antes de dar início à narração propriamente dita, o escritor dedica alguns parágrafos para lembrar seu leitor das formas de castigo por que passavam os escravizados de outrora e da hipocrisia de uma elite escravocrata que lidava com esse sistema com demasiada naturalidade:

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e *nem todos gostavam da escravidão*. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e *nem todos gostavam de apanhar pancada*. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e *o mesmo dono não era mau*; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói (Assis, 1959, [n. p.], grifos próprios).

Com a ironia que lhe é peculiar, assim como ocorre em “Mariana”, ou em trechos de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o narrador encarrega-se de discursivamente relativizar o comportamento de senhores de escravos que seriam bons com seus cativos, pelo menos até

que esses fizessem algo que os contrariasse ou causasse qualquer dano financeiro. A aparente bondade, contudo, esbarra numa barreira intransponível, já que tratar os escravizados com o mínimo de educação no dia a dia não anula o fato de os considerarem propriedade, e é isso o que emerge do discurso irônico machadiano: o dono não era mau até que, coitado, as ações de algum de seus escravizados lhe incutisse algum prejuízo financeiro. Nesse momento, justifica-se qualquer ação para recobrar as perdas a eles impostas por seus cativos rebeldes, explicitando-se, inclusive, o dilema do escravocrata que não quer ele mesmo danificar seu patrimônio: sendo o rebelde também parte de seu patrimônio, castigá-lo de forma exemplar poderia significar um prejuízo ainda maior. Ao tratar disso aparentemente pelo ponto de vista dos senhores de escravos que se sentiriam lesados com a fuga de suas “mercadorias”, o escritor, fingindo esconder, escancara a relação de desigualdade que nos definiu como nação.

A(s) história(s) não contada(s)

Em “Pai contra mãe”, a questão da maternidade se impõe antes mesmo do início da narrativa, quando em seu título já se coloca como ponto central. O que se lê, entretanto, é muito mais a construção da história do pai, Candinho, cuja trajetória acompanhamos detalhadamente ao longo do conto. Já sobre a mãe, Arminda, pouco sabemos a não ser que é uma mulher escravizada que foge de seu senhor.

Apresentada antes mesmo de a narrativa começar, a questão da maternidade em “Pai contra mãe” se coloca não como uma presença, como uma discussão explícita, mas como uma segunda história, sobre a qual é necessária uma reflexão mais aprofundada do leitor. A história de Candinho se esbarra na de Arminda a partir da captura desta por aquele, mas é só dele o espaço narrativo completo. De certa forma, o procedimento da elaboração deste conto é análogo ao que se costuma observar nos textos de Machado, que, em sua “capoeira literária”,² constrói sua potência crítica a partir das entrelinhas de narrativas cujo foco são os donos do poder. Isso ocorre em “O espelho”, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e em “O caso da vara”, por exemplo, em que, a partir das histórias da elite burguesa, evidenciam-se as relações de opressão.

“Pai contra mãe” apresenta uma diferença importante em relação às narrativas machadianas em geral, visto que se dá não a partir do ponto de vista da elite, e sim a partir da história de Candinho, homem pobre cuja dificuldade para conseguir dinheiro afeta a possibilidade de manter seu filho consigo: se não encontrasse trabalho ou conseguisse dinheiro com urgência, ele precisaria entregar seu filho à roda dos enjeitados. A decisão do protagonista por capturar Arminda, portanto, pode ser lida em um primeiro momento como algo da ordem da sobrevivência.

A construção de Candinho, contudo, distingue-se da análoga figura do feitor no mencionado conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. Lá, há uma clara indicação da raça deste que trabalha para manter os cativos de seu senhor: era ele de “cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros, e anelados”. Essa definição insere a figura do feitor como alguém que garante a manutenção do sistema escravista, mas não exatamente por objetificar os escravizados como o fazem os senhores, mas por se ver enredado em uma sociedade na qual ele também, de origem similar àquela dos a quem castigam, precisa encontrar meios de sobreviver. Candinho, contudo, é apresentado de outra maneira.

² Termo cunhado por Eduardo de Assis Duarte a partir de consideração de Luiz Costa Lima.

Ainda que não haja uma definição racial clara como o faz Maria Firmina dos Reis, há elementos que levam a crer que se trata de homem branco (*Cândido Neves*), que se casa com mulher igualmente branca (*Clara*). Também diferentemente do feitor mestiço de “A escrava”, que parece trabalhar cotidianamente numa fazenda na lida com os cativos, Candinho não tem profissão definida. Ao contrário, o que se nota sobre ele é uma aversão ao trabalho. Dessa forma, cai na atividade de captura de escravos fugitivos não por estar desde sempre envolvido nesse universo, como parece ser o caso do feitor mestiço de “A escrava”, mas por uma questão de, digamos, praticidade. No ofício de capturar fugitivos, viu a chance de conseguir dinheiro sem grandes esforços. Em “A escrava”, o feitor diz à narradora que tinha “as calças rotas de correr” atrás de Joana e já não tinha fôlego, tratando-se, portanto, de um trabalho que dele exigia muito esforço. No caso de Candinho, todavia, o que se sucede é uma coincidência. Candinho não se esforça muito para encontrar Arminda. Caminha por algumas ruas, pergunta em algumas lojas, parecendo “falar como dono da escrava”, mas, não conseguindo uma pista fácil, desiste. É em momento posterior, já a ponto de entregar seu filho, que o protagonista tem a sorte de deparar-se com Arminda bem à sua frente. Sendo ela mulher, e grávida, o trabalho de Candinho para levá-la de volta foi o mínimo possível.

Assim, o foco na história de Candinho faz com que a narrativa demonstre a complexidade do sistema escravocrata, superando “a dicotomia que reduz a questão à luta entre cativos e senhores” (Duarte, 2020, p. 308). Sendo um “sistema”, demanda, na verdade, uma engrenagem que envolve senhores, escravizados, libertos, mestiços livres, como o feitor de “A escrava”, e famílias brancas e pobres como a do protagonista:

Cândido Neves, a esposa Clara e a tia-sogra Mônica compõem o desenho em miniatura de uma espécie de lumpesinato urbano alimentado pelas sobras e favores da classe proprietária, e submetido às suas necessidades de momento de fazer serviços sujos como o de capturar negros fugidos. Os nomes com que o texto designa o protagonista e sua companheira indiciam a inserção dos personagens no status quo marcado pela hegemonia do discurso senhorial, que reduzia o escravizado a mercadoria, e sobrepunha na prática o direito de propriedade ao da liberdade (Duarte, 2020, p. 308).

Candinho não é, portanto, o dono do poder *per se*, mas age de forma a validá-lo, funcionando como peça-chave para a manutenção do sistema opressor. E não deve passar batido o fato de ser ele um homem, enquanto a personagem representante do oprimido ser uma mulher.

A história por trás da história

Em suas “Teses sobre o conto”, Ricardo Piglia (1994, p. 37) afirma que “um conto sempre conta duas histórias”. O exemplo dado pelo autor para corroborar sua afirmação é o de um conto de Tchekhov, o qual narra o seguinte: “Um homem, em Monte Carlo, vai ao cassino, ganha um milhão, volta para casa, se suicida” (Piglia, 1994, p. 37). Piglia explica que, como o conto vai contra o previsível (ao invés de *perder* e suicidar-se, o homem *ganha* e comete o suicídio), há um paradoxo: “A anedota tende a desvincular a história do jogo e a história do suicídio. Essa excisão é a chave para definir o caráter duplo da forma do conto” (Piglia, 1994, p. 37). Há, portanto, no caso de Tchekhov, a narração da história do jogo e uma história não narrada cujo

desfecho – o suicídio – é a única informação explícita no texto. Esta tese nos leva à teoria do *iceberg*, de Hemingway, que traz a noção de que o mais importante nunca se conta, que “a história secreta se constrói com o não dito, com o subentendido e a alusão” (Piglia, 1994, p. 39).

Qual seria, então, a segunda história de “Pai contra mãe”?

A narrativa que gira em torno da vida de Cândido Neves, homem branco prestes a tornar-se pai e que, por isso, precisa recorrer à caça de escravos fugidos para garantir a manutenção de sua paternidade, denomina-se “Pai contra mãe”. A primeira história, portanto, contempla esse pai e seu drama para manter seu filho e, ainda, o proveito tirado por ele de uma sociedade escravista que premiava aqueles que contribuíam para a manutenção do cativeiro de uma alta parcela da população.³ Mas há também outra personagem essencial para a construção da narrativa, mesmo que pouquíssimo seja dito sobre ela de forma direta: a mãe. Não se trata de Clara, mulher de Candinho que dá à luz seu filho, e sim da fugitiva Arminda, com quem Candinho nunca estivera antes e a quem o protagonista enxerga como um bilhete de loteria premiado.

Dessa forma, para além da questão racial, que claramente dita o tom da narrativa, é possível argumentar que há outra relação de poder expressa no texto: a questão de gênero, em que a desigualdade também se exprime. Temos um conflito de um pai contra uma mãe, de uma pessoa livre contra uma cativa, de um branco contra uma negra, de um homem contra uma mulher. Assim como ocorre em outras narrativas machadianas que tocam na questão do poder, aqui também a história é contada pela perspectiva do mais poderoso. Embora Candinho seja pobre e dependente das classes mais abastadas, dentro da narrativa é ele a figura que se impõe sobre as outras personagens. Representante do sexo masculino, é a perspectiva dele, opressor de Arminda, que dá o tom da narrativa. Entretanto, a partir de suas ações, da maneira com que enxerga Arminda, da forma como ele se relaciona com as mulheres de sua casa, e essas, por sua vez, exprimem seu lugar social, toda uma discussão sobre relações de gênero pode se desenvolver.

Como dito, o título já prenuncia o conflito que se construirá no conto: motivado pela paternidade e o medo de perder seu filho, Candinho age. Suas ações derradeiras partem, portanto, do desempenho desse papel social. Candinho não tem brio suficiente para se sentir motivado pela perda de sua casa, ou pelo fato de que as mulheres de sua família vinham sendo responsáveis pela manutenção, ainda que precária, de uma moradia e de alimentos. É apenas o papel de pai que o estimula a agir, mesmo que, como já argumentado, mais por um acaso do que por uma busca real do personagem. Tem-se, portanto, explicitado o drama do pai. Já o drama da mãe, o leitor pode mais supor do que de fato confirmar pela leitura do texto escrito. Ali, as informações dadas a respeito de Arminda surgem por meio do anúncio de sua procura e do rápido encontro dos personagens já ao final do conto.

No entanto, mesmo nessas poucas linhas em que aparece, Arminda acaba por revelar muito sobre si e sobre a história que se quer de fato contar. Ao pedir a Candinho que a liberte, a mulher apela justamente para o aspecto que fez com que Candinho de fato agisse para capturá-la: o filho que esperava e a possível solidariedade com que ele poderia tratá-la caso ele também fosse pai. O apelo surte o efeito contrário e acaba por motivar ainda mais as ações do protagonista. Nesta fala, contudo, a mulher acaba por, nas entrelinhas, revelar seu próprio

³ De acordo com o Censo de 1872, os escravizados correspondiam a 15% da população brasileira. SOUZA, D. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=25817>. Acesso em: 16 out. 2021.

drama e as possíveis motivações para sua fuga: “— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!” (Assis, 1959, p. 10).

Nessa fala, explica-se o título: motivada pela gravidez e pelo desejo de criar seu filho em liberdade, a mãe Arminda foge; por sua vez, para salvar seu filho, o pai Candinho a captura. Arminda parece temer exatamente o destino de Joana, de “A escrava”, que teve seus filhos arrancados de si contra sua vontade (vontade esta que não lhe é mesmo permitido ter), sendo esse um problema frequentemente citado por literatos abolicionistas. Castro Alves, por exemplo, em “A canção do africano”, apela para o mesmo drama:

E a cativa desgraçada
Deita seu filho, calada,
E põe-se triste a beijá-lo,
Talvez temendo que o dono
Não viesse, em meio do sono,
De seus braços arrancá-lo!
(Alves, 1883, [n. p.]).

Assim como o fizera Arminda, é comum, então, que se apele para o vínculo entre mães e filhos para que, quem sabe, se suscite solidariedade do interlocutor. Por analogia, a personagem busca em vão aproximar Candinho de sua dor e, ao mesmo tempo, acaba por contar um pouco de sua história. Em seguida, a subjetividade de Arminda revela outro traço quando tenta gritar por socorro e percebe rapidamente que, para alguém em sua condição, isso só poderia piorar as coisas, já que, além de não obter qualquer ajuda de uma sociedade que vê nela um bicho que não deveria ter qualquer tipo de desejo, era possível que, em busca da recompensa, outros indivíduos dificultassem ainda mais sua fuga e lhe imprimissem ainda mais violência.

A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, *ao contrário*. [...] Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e *naturalmente* não acudia (Assis, 1959, p. 10, grifos próprios).

Não há, portanto, em Machado, a figura da “branca salvadora”, a abolicionista benevolente que intermedeia o processo de libertação de Gabriel em “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. Num conto escrito num Brasil pós-abolição, com um olhar um pouco mais distanciado do sistema que acabou em 1888, mas que em grande medida perdurou depois daquela data, não há espaço mais para qualquer romantização da relação entre pretos e brancos, afinal, um participante do sistema de opressão não pode ser, ao mesmo tempo, o herói dos oprimidos.

O que Arminda nos diz, portanto, é que sua gravidez motivou sua fuga e que não há ninguém com quem seu filho possa contar além dela mesma. E a existência de Arminda, em seguida, revela o papel social que a personagem ocupa, não apenas como pessoa escravizada, mas como mulher. Candinho se sabia sem recursos muito antes de engravidar sua mulher, entretanto o fizera, e esse acontecimento é motivo de todo o tensionamento de sua história. Ironicamente, quando Arminda apela para a sua condição de grávida, a resposta do rapaz acaba por revelar a hipocrisia do personagem e, por extensão, da sociedade acerca do lugar

da mulher no processo reprodutivo: “— Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?” (Assis, 1959, p. 10).

Não se sabe como Arminda “fez” seu filho, mas sabe-se que ela está sozinha. Assim, diferentemente do que ocorre com Joana de “A escrava”, cuja mãe tinha constante ajuda de seu pai, que, inclusive, trabalhou o quanto pôde para comprar a alforria da menina, a fugitiva de “Pai contra mãe” não pode contar com ninguém. Nota-se, então, a grande possibilidade de esse filho não ser fruto de um relacionamento, mas, como ocorreu em grande parte do processo reprodutivo dos escravizados brasileiros, de um abuso.

Recentemente, o projeto “DNA Brasil”, que visa a mapear o genoma brasileiro, revelou que nossa população é em sua maioria constituída de herança materna africana ou indígena e paterna europeia, explicitando, portanto, o fato de que o processo de gênese da população brasileira se dá, em grande medida, a partir da violência sexual de homens brancos sobre mulheres negras e indígenas:

Somando as porcentagens femininas, temos que 70% das mães que deram origem à população brasileira são africanas e indígenas – mas 75% dos pais são europeus. A razão remonta aos anos de colonização portuguesa no Brasil. O estupro de mulheres negras e indígenas escravizadas era o padrão (Gomes, 2020, [n. p.]).

Ainda que não haja no conto qualquer menção expressa ao estupro, a situação de Arminda permite que, pelo menos, se coloque essa leitura em pauta. Como não nascera, não há como ter certeza de como seria esse filho de Arminda, entretanto ela mesma é um possível exemplo desse processo de abuso, visto que, embora escrava, carregava em si parte da genética branca. Afinal, dentre as pouquíssimas informações a que temos acesso sobre a personagem, está sua definição como “mulata”. Tendo sido escravizada, fica claro que em sua ascendência há pelo menos uma mulher negra igualmente escravizada e um homem branco livre.

Em *Mulheres, raça e classe*, a filósofa Angela Davis aborda o fato de mulheres negras não serem tratadas como frágeis e castas, sempre tendo precisado realizar trabalhos que exigiam o uso da força. Ela inicia o livro com o capítulo “O legado da escravatura: Bases para uma nova natureza feminina”, em que fala sobre como a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma “natureza feminina”, uma vez que eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados. O que as diferenciava dos homens, e essa é a diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro. Essa outra construção de feminino contrasta diretamente com aquela que as mulheres brancas lutarão para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem. A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência sistematicamente evidencia uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro. No Brasil, as mulheres negras tiveram essa mesma experiência. É importante ressaltar que a miscigenação muitas vezes louvada no país também foi fruto de estupros cometidos contra elas. Essa tentativa de romantização da miscigenação procura escamotear a violência (Ribeiro, 2018, p. 78).

Está aí, talvez, a segunda história trazida por “Pai contra mãe”: Arminda como metonímia para o processo reprodutivo brasileiro, pautado, principalmente, no estupro de mulheres não brancas por homens brancos. No período pós-escravidão, então, quando foi de fato escrito o conto, esta hipótese ganha ainda mais força pelo fato de a maternidade de Arminda não se con-

cretizar. Como vimos, havia um desejo, e, mais, esforços do poder político brasileiro na virada do século XX por apagar as memórias do período escravocrata e, por extensão, daqueles que dele sucederam. Sendo assim, o fim da população negra e mestiça seria um desejo e um projeto dos poderosos daquele tempo. Nessa perspectiva, vale lembrar da teoria eugenista, que ganhava força entre pensadores brasileiros à época, tais como Oliveira Viana e Nina Rodrigues.

A eugenia foi uma teoria criada por Francis Galton no século XIX que defendia a ideia de que a raça branca seria superior às demais e que, para que houvesse progresso, uma “melhoria das raças” se fazia necessária. Maria Eunice Maciel explica a maneira como a eugenia se desenvolveu no Brasil e cita um de seus principais defensores, Renato Kehl:

Sobre o assim chamado “problema racial” brasileiro, Kehl acreditava firmemente na superioridade do branco europeu, mais precisamente do “ariano” (concepção que alicerçava sua obra). A mestiçagem, para Kehl, assim como para tantos outros pensadores brasileiros daquela época, era fator de degeneração, estando a saída no desaparecimento dos considerados “inferiores” através do branqueamento da população: “Ninguém poderá negar que no correr dos anos desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas assim como os produtos resultantes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá à custa de muito sabão de coco *ariano*” (Kehl, 1937, p. 241, grifos do autor *apud* Maciel, 1999, p. 124).

Assim, mata-se com o feto de Arminda não apenas a existência desta como mulher, mas a memória do horror da escravidão e o futuro daqueles que dela foram vítimas.

Na mesma direção que Fanon sugere ao crítico da cultura e/ou do pós-colonialismo que se empenhe em “apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico” (Bhabha, 1998, p. 29). Esse nos parece ser, num sentido amplo, um projeto político e estético que faz eco à enunciação de “Pai contra mãe”, conto onde Machado não economiza fel nem sarcasmo para denunciar a truculência contra escravos e sua descendência. Projeto a denunciar e prenunciar também a recorrência ao racismo que é uma das piores facetas da ideologia escravagista. Ainda que a alegoria machadiana seja atravessada pelo viés irônico, não é de todo impossível sentir o amargor do autor implícito a alertar o leitor para o perigo de apagamento da afrodescendência no Brasil, visto a ameaça de ser esta abortada desde sua gênese (Scarpelli, 2008, p. 68).

Ao mesmo tempo, constrói-se uma cultura de culpabilização em que as vítimas são em grande medida responsabilizadas pela situação em que se encontram. Isso é perceptível na fala de Candinho citada algumas páginas atrás e também, já bem ao final da narrativa, na reação de Tia Mônica ao incidente:

Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, *algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga*. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

— Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração. (Assis, 1959, p. 11, grifos próprios).

O conto termina com um pensamento de Candinho que visa a naturalizar ainda mais o incidente em que se envolvera. Se é normal que nem todas as crianças consigam de fato nascer e ter um futuro, suas ações não foram em nada condenáveis. Entre a vida do seu e a vida do outro, vingou o seu, representante de um futuro com o qual o país se interessa em lidar, em detrimento daquele que representa um futuro com que a elite não deseja se haver e um passado que deseja esquecer.

Mais de um século depois, entretanto, o que vivenciamos é uma realidade bastante diferente daquela desejada pelo poder da primeira república e magistralmente alegorizada por Machado de Assis. No século XXI, o que se vê é uma população negra ainda, é bem verdade, oprimida, mas que resiste e se põe a falar. Apesar dos esforços genocidas do passado e do presente, esta população, que hoje representa mais da metade dos brasileiros, permanece viva, criando e recriando seus antepassados. Como escrevera Conceição Evaristo em conto de *Olhos d'água*: mesmo que tenham combinado de nos matar, “a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2015).

Referências

- ALVES, Antônio Frederico de Castro. A canção do africano. In: ALVES, Antônio Frederico de Castro. *Os escravos*. [s. l.]: [s. n.], 1883. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000009.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021. [n. p.].
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Dom Casmurro. [1899]. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. v. 1. p. 727-870.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. [1878]. Eça de Queirós: O primo Basílio. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. v. 3. p. 913-923.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. [1871]. Mariana. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000267.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021. [n. p.].
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. [1891]. O caso da vara. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000219.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020. [n. p.].
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. [1906]. Pai contra mãe. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. Disponível em: <https://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2026. [n. p.].
- BORLOT, Ana Maria Monteiro; TRINDADE, Zeidi Araújo. As tecnologias de reprodução assistida e as representações sociais de filho biológico. *Estudos de Psicologia*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 63-70, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/nD9MRL37xc84bQRDNz4qnFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.
- CAPITU. Intérprete: Luiz Tatit. Compositor: Luiz Tatit. Capitu. In: O MEIO. Intérprete: Luiz Tatit. São Paulo: Dabilú Discos, 2000. 1 CD, faixa 4.

CUNHA, Maria do Carmo *et al.* Infertilidade: associação com transtornos mentais comuns e a importância do apoio social. *Revista de psiquiatria*, [s. l.], v. 30, n. 3, [n. p.], 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/WbggvhpnBBKKtkvV9hZt74h/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afrodescendente*: antologia e crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. p. 99-110.

FERREIRA, Jean Fabricio; PERROT, Andréa Czarnobay. A representação feminina em Machado de Assis: Helena, embrião de Capitu. *Opiniões*, [s. l.], v. 11, p. 111-122, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/137792/137383>. Acesso em: 10 out. 2021.

GOMES, Karol. Brasil é nação construída em estupro de mulheres negras e indígenas por brancos europeus, aponta estudo. *Hypeness*, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/brasil-e-nacao-construida-em-estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-por-brancos-europeus-aponta-estudo/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, [s. l.], n. 11, p. 121-143, 1999. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: PIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994. p. 37-42.

REIS, Maria Firmina. A escrava. In: *Revista maranhense*, n. 3, 1887. Republicado em: REIS, Maria Firmina. *Úrsula*, 7. ed., 2018, p. 193-207. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firmina-dos-reis-a-escrava>. Acesso em: 13 out. 2021.

RIBEIRO, Djamilia. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de litteratura brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert C. Editores, 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4476>. Acesso em: 10 out. 2021.

SCARPELLI, Marli Fantini. Machado de Assis: entre o preconceito, a abolição e a canonização. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 55-73, dez. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/27886>. Acesso em: 12 out. 2018.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SOUZA, Daiane. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. In: FUNDAÇÃO Cultural Palmares. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/populacao-escrava-do-brasil-e-detalhada-em-censo-de-1872>. Acesso em: 16 out. 2021.